

## SESSÃO 5 – 31 DE MARÇO

Tema: *Língua e cultura*

Coordenador:

Luiz Martins Monteiro de Barros (LLP / UFF)

### CRÍTICA TEXTUAL – MATÉRIA BÁSICA NA FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES E PROFESSORES DE LETRAS<sup>1</sup>

Maximiano de Carvalho e Silva  
(LLP / UFF)

À memória do Professor Sousa da Silveira, que há exatamente 60 anos me ensinou as primeiras noções de Crítica Textual no Curso de Letras Neolatinas da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e à memória de outro grande Mestre, o Professor Artur Machado Paupério, que me iniciou na carreira do magistério, sob a sua orientação, no dia 15 de março do mesmo ano de 1945.

#### **1. Explicação prévia**

Na organização do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, criado por iniciativa da alta direção do Liceu Literário Português e planejado pela diretoria do Instituto de Língua Portuguesa, foram consideradas disciplinas obrigatórias as de Fundamentos da Linguística Teórica, Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa, Fundamentos da Crítica Textual, História da Língua Portuguesa e Sintaxe do Português. Por isso, estabeleceram os organizadores deste Colóquio que deveríamos tratar das razões do currículo a ser cumprido pelos alunos, em palestras sobre cada uma das disciplinas, para que ficasse bem claro o que determinou a escolha de cada uma delas.

Pela minha experiência de longos anos no campo da ciência filológica, foi-me confiada a coordenação das atividades da disciplina de Crítica Textual, cujos fundamentos precisam ser conhecidos por todos os que se dedicam ao

---

<sup>1</sup> Texto da palestra com acréscimos que fiz agora para melhor compreensão do meu pensamento.

estudo de uma língua de cultura, como é a Língua Portuguesa. Cabe-me assim comprovar que ela deve estar ao lado das outras disciplinas básicas na formação superior dos profissionais de Letras. Tenho pois mais uma vez, com a aceitação da nobre incumbência que me foi dada, a felicidade de voltar às minhas atividades regulares de ensino e pesquisa, em que me sinto incentivado pelo interesse dos alunos, a quem procuro transmitir o entusiasmo com que exerço a missão de professor e educador.

No dia 16 de março a disciplina começou a ser ministrada, contando eu com a preciosa colaboração da Professora Nilda Santos Cabral, Doutora na matéria pela Universidade de São Paulo e coordenadora das atividades da mesma no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, a mesma instituição onde anteriormente desempenhei as funções de Professor Titular até a minha aposentadoria no serviço público em 1989.

Cumpro agora com esta palestra o meu dever de explicar aos participantes do Colóquio os motivos pelos quais a direção do nosso Curso de Especialização o tornou diferente do que existe de modo geral, reservando à Crítica Textual a posição que lhe cabe entre as ciências da linguagem.

Queira Deus ajudar-me a cumprir esta última etapa da minha vida profissional, na alegria do contato com ilustres colegas de missão pedagógica que assumiram o compromisso de ajudar o Instituto de Língua Portuguesa a levar avante os seus programas culturais iniciados há exatamente 15 anos.

## **2. O tema em debate**

Estou voltado para a ciência dos textos desde o saudoso tempo em que ingressei na Faculdade Nacional de Filosofia e, entre os anos de 1944 e 1947, tive o privilégio de estudar sob a orientação direta de três grandes Mestres, cujo nome pronuncio aqui com a maior reverência: os professores Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (que era o Catedrático de Língua Portuguesa), Gládstone Chaves de Melo (seu assistente na cadeira) e Serafim da Silva Neto, os quais muito me ampararam com o seu saber e larga experiência para superar as dificuldades de quem aprende os caminhos da análise minuciosa dos textos. Desses professores tornei-me, no correr dos anos, discípulo e leitor constante dos seus escritos primorosos, e colaborador no desempenho de tarefas de índole filológica e na revisão crítica de obras de sua autoria que me confiaram. Com Sousa da Silveira aprendi principalmente a encarar os textos e os fatos da língua com a maior seriedade e rigor; com Gládstone Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto, também professores da Faculdade, em contatos fora de aula, pois deles não fui aluno, aprendi respectivamente a técnica da revisão tipográfica, da revisão crítica e da preparação de textos para edições cuidadas e a noção da complexidade do tratamento dos textos medievais e clássicos.

Para discorrer sobre o tema da palestra, preciso fazer previamente o relato da cruzada em que me empenho, sem esmorecer, apesar dos modestos resultados obtidos, com o propósito de demonstrar como é altamente recomendável a inclusão da referida disciplina de Fundamentos da Crítica Textual nos currículos de graduação e de pós-graduação em Letras, mas também nos de outros cursos superiores, entre os quais arrolaria de momento os de História, Biblioteconomia, Documentação, Informática, Editoração.

Considero essa inclusão um dos meios eficazes de tornar mais completa e mais útil a formação dos pesquisadores e professores da área humanística, da qual depende a defesa e ilustração dos textos como parte do nosso patrimônio histórico-cultural sempre ameaçado de não ter do poder público e da sociedade a devida proteção para que não continue a sofrer o processo de descaracterização e mesmo destruição que tanto o tem atingido.

Creio que é este o momento de relembrar antigas experiências e expor os resultados do que colhi nesse campo de trabalho sempre palmilhado com interesse e fascínio, como sabem os que me conhecem há mais tempo.

No que diz respeito aos textos como expressão da cultura e ao que com eles ocorre, posso afirmar com plena convicção que incrível e absurdamente não têm tido eles a atenção e o tratamento merecido de não poucos estudiosos e pesquisadores da área de Letras como também de outras áreas das chamadas ciências humanas. Com efeito, sendo os textos o objeto formal das suas investigações, seria de esperar que soubessem valorizar os documentos, livros e impressos pelo seu conteúdo e pelo tipo de reproduções e edições que deles se fazem; seria de esperar que não ficassem alheios ou negassem importância aos ensinamentos da ciência filológica; seria de esperar que tivessem conhecimento das pesquisas mais avançadas sobre a gênese dos textos, a história dos textos, a autenticidade e fidedignidade dos textos, os tipos de edições e de reproduções dos textos, as técnicas de transcrição e editoração, a feitura das edições críticas e comentadas, e tantos mais, de valor indiscutível para todos os que pretendem fazer com seriedade e proveito os estudos históricos, filológicos, lingüísticos e literários.

Assim sendo, pretendo apresentar nesta palestra, após uma série de considerações sobre a importância e o alcance das atividades compreendidas no âmbito da Crítica Textual, as razões pelas quais no meu entender é absolutamente incompreensível que as instituições de ensino e pesquisa de Letras, com raras e honrosas exceções, não incluam em seus currículos de graduação e de pós-graduação esta disciplina básica, no grupo das obrigatórias, sendo ela como evidentemente o é indispensável como um valor em si mesma e como precioso auxiliar dos estudos de língua e literatura, a que presta relevantes serviços,

principalmente através das boas edições e edições críticas e comentadas já publicadas até agora pelos nossos filólogos.

Valer-me-ei, para melhor compreensão do que penso, de dados da minha experiência de professor de Língua Portuguesa e de Crítica Textual na Universidade Federal Fluminense, de 1957 a 1989, da minha experiência posterior no Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, até a presente data, e da minha experiência de preparador e editor de textos, com mais de 40 livros e opúsculos publicados. Meu intuito é evidenciar como aos alunos dos cursos superiores de Letras o conhecimento dos princípios e da prática da Crítica Textual é a única maneira de habilitá-los para o bom desempenho de outras tarefas além das do magistério, entre elas as de revisores críticos, preparadores de originais para o trabalho de editoração e preparadores de textos, tradutores, de que tanto necessita o mercado editorial.

### **3. Posição da Lingüística Geral, da Teoria da Literatura e da Crítica Textual no ensino universitário**

Convém relembrar de início que datam da segunda metade do século XIX e das décadas iniciais do século XX os estudos mais importantes para estabelecer as necessárias distinções entre os diversos campos de atuação das ciências da Língua.

No Brasil, até certo momento tiveram posição de domínio quase completo os estudos sob o rótulo de Filologia e Gramática. O que havia de reação à desorientação e ao bitolamento dos estudos gramaticais era apenas a ação individual de professores e pesquisadores de idéias mais avançadas como Silva Ramos, Manuel Said Ali, João Ribeiro, Sousa da Silveira, Augusto Magne e poucos mais, que nas primeiras décadas do século XX, em posição de vanguarda e com os meios de que dispunham, procuravam estabelecer nexos entre as pesquisas lingüísticas e as de outras ciências afins.

Só nos anos de 1934 e 1935 foram instituídos os nossos dois primeiros cursos superiores de Letras: o da Universidade de São Paulo (USP) e o da Universidade do Distrito Federal (UDF) no Rio de Janeiro quando ainda era a capital da República.

Apenas no currículo da UDF as disciplinas de Teoria da Linguagem (sob a denominação de Lingüística Geral) e de Teoria da Literatura foram implantadas, uma iniciativa que não sei a quem atribuir. O primeiro verdadeiro curso de Lingüística Geral, que consagraria pela excelência e novidade das aulas o nome do Professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior, foi ministrado na UDF em 1938, portanto cerca de trinta anos depois dos cursos pioneiros de Ferdinand de Saussure em Genebra, na Suíça. Todavia, apesar do sucesso alcançado por Mattoso Câmara e do reconhecimento da disciplina como impulsionadora dos

estudos superiores da língua portuguesa, segundo o parecer de Sousa da Silveira, foi ela relegada ao esquecimento quando se organizou o curso de Letras da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939. Só reapareceria bem mais tarde, em 1948, sob a regência do mesmo lingüista, e apenas para os alunos do currículo de Letras Clássicas, o que é inteiramente incompreensível. Pelo que se vê, não se firmara a noção da existência de tais ciências autônomas cujos fundamentos precisavam ser firmados e conhecidos, as quais eram por outro lado matérias básicas, como introdução aos estudos superiores das línguas de cultura e das respectivas literaturas.

A verdade é que, durante muitos anos, as noções fundamentais de Teoria da Linguagem, de Teoria da Literatura e de Crítica Textual só eram ministradas, de forma assistemática e bastante incompleta, como parte dos programas de estudos de línguas e literaturas especiais. Crítica Textual, por exemplo, somente se fez presente, sem rótulo algum, nas esplêndidas aulas de fixação, exegese e comentários de textos antigos e modernos de Sousa da Silveira, na UDF e em seguida na Faculdade Nacional de Filosofia, entre os anos de 1935 e 1953. O filólogo, porém, só tratou de atividades práticas compreendidas no âmbito da ciência filológica.

Afinal, pela reforma universitária dos anos 60, por decisão do Conselho Federal de Educação, Lingüística Geral e Teoria da Literatura alçaram-se à posição de disciplinas autônomas e obrigatórias para todas as modalidades do curso de Letras. Nunca se conseguiu no entanto do mesmo Conselho que reconhecesse a Crítica Textual no mesmo patamar, o que é bastante estranho, principalmente depois da experiência das pioneiras edições críticas e comentadas de autores brasileiras preparadas por Sousa da Silveira e por Manuel Bandeira, e a das edições críticas da Comissão Machado de Assis, elaboradas com metodologia nova pelos filólogos Celso Cunha, Antônio Houaiss e Antônio José Chediak e a valiosa e imprescindível colaboração do ensaísta e bibliógrafo José Galante de Sousa. Acresce ainda que a essa altura numerosos exemplos patenteavam a importância e alcance da Crítica Textual, os das excelentes edições de grandes mestres portugueses como Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, e brasileiros como Oskar Nobiling, Augusto Magne, Serafim da Silva Neto. A consulta aos textos teóricos e ao registro filológico de tais edições deve ser apontado aos professores e alunos das nossas Universidades, para que sejam redimensionados os cursos de Letras, inclusive com a criação de outros currículos além dos de formação do magistério, como disse há pouco.

Tudo se explica pela estranha inércia que costuma instalar-se no meio universitário, em geral avesso a sair da rotina. Tem-se visto que para quebrar a rotina e as resistências ao progresso, tão danosas às instituições culturais e educacionais, é imperioso contar com a clarividência de políticos como o foi por

exemplo o Ministro da Educação Gustavo Capanema, o criador do Instituto Nacional do Livro, destinado a cuidar de boas edições dos autores brasileiros, por ser com frequência necessária uma intervenção externa de órgãos a que a Universidade está subordinada, como o mencionado Conselho Nacional de Educação.

Nas últimas décadas, quando alguns espíritos mais lúcidos lutavam pelos interesses da Crítica Textual, acentuou-se uma inexplicável aversão às ciências históricas e um desejo incontrolado de dar valor a novidades mal assimiladas e apontadas como última palavra em matéria de ciência. Com isso, quando no Conselho Federal de Educação já havia um projeto de reformulação do currículo dos cursos de graduação em Letras, por um retrocesso igualmente incompreensível esse projeto foi arquivado e com ele a idéia da criação de uma disciplina obrigatória com o título de Filologia e Crítica Textual que nele fora incluído.

O que nos incentiva e consola ao mesmo tempo é ver que, havendo em Portugal a mesma resistência à entrada da Crítica Textual no rol das disciplinas obrigatórias do Curso de Letras, já consegui a Universidade de Lisboa superar o problema com a criação da disciplina de Filologia, confiada à direção do Professor Ivo Castro, que entre os seus títulos arrola o de dirigente da equipe que promove a publicação de toda a obra de Fernando Pessoa.

#### **4. Conceito e valor da Crítica Textual**

Muito contribui para o não reconhecimento da importância da Crítica Textual o desconhecimento do conceito, objeto, método e finalidade da ciência e das múltiplas atividades em que ela se envolve.

Entre os anos de 1957 e 1978, no ensino universitário, desde logo me esforcei para divulgar nas aulas e em publicações minhas o conceito atual da ciência filológica e o tipo de tarefas que a meu ver estão no seu âmbito de atuação. Na UFF, trabalhando a princípio como assistente do Professor Rosalvo do Valle, e a partir de 1965 como Professor Titular das disciplinas de Língua Portuguesa e de Filologia / Crítica Textual, organizei programas que me permitiram ministrar aos alunos uma série de noções teóricas, e formei com eles grupos de voluntários para o desempenho de atividades práticas de Crítica Textual aplicada aos textos de autores brasileiros e portugueses dos séculos XIX e XX. Valia-me, para a apresentação da matéria, de uma pequena bibliografia selecionada, de que constava como item inicial o livro *Elementos de Bibliologia* do filólogo Antônio Houaiss, que aí reproduz muitos elementos colhidos em sua experiência na equipe designada pelo governo brasileiro para a preparação das edições críticas da obra de ficção e da poesia de Machado de Assis. Meus alunos da época sempre leram artigos ou páginas de livros de Sousa da Silveira,

como as suas primorosas edições de autores brasileiros e portugueses, principalmente as edições críticas e comentadas da *Obra de Casimiro de Abreu* e dos *Suspiros Poéticos e Saudades* de Gonçalves de Magalhães e as de *Textos Quinhentistas* e de *Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)*. Nas explanações teóricas, utilizava as lições do livro *Fonética Sintática e Sua Utilização na Explicação de Textos* e o artigo pioneiro de Sousa da Silveira “Modificações da Forma Literária”, e ainda recorria a vários autores mais, como Gládstone Chaves de Melo, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e outros. Da bibliografia estrangeira vali-me particularmente dos ensinamentos dos grandes filólogos portugueses, como Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, Herculano de Carvalho, Lindley Cintra, e dos mestres da escola italiana, a que tanto deve o progresso da Crítica Textual, entre os quais Alberto Chiari, que numa fase inicial, na década de 50, ensinou aos filólogos brasileiros a técnica mais apurada de preparação das edições críticas.

Após tantos estudos e experiências, ficou bem patente em meu espírito o conceito, o objeto formal, o método e as finalidades da Crítica Textual, expresso em artigo publicado em 1994 na revista *Confluência*:

A Crítica Textual, com o seu método rigoroso de investigação histórico-cultural e genética, toma os textos como expressões da cultura pessoal ou social, com as preocupações fundamentais de averiguar a autenticidade dos mesmos e a fidedignidade da sua transmissão através do tempo, e de cuidar de interpretá-los, prepará-los e reproduzi-los em edições que se identifiquem ou se aproximem o mais possível da vontade dos autores ou dos testemunhos primitivos de que temos conhecimento.<sup>2</sup>

Receoso de que todo o meu empenho de dar o devido relevo à Crítica Textual fosse contestado como posição puramente pessoal de quem exagera e supervaloriza o que faz, busquei o apoio de outros estudiosos das ciências da linguagem que já tivessem tratado dos temas polémicos a esse respeito. Encontrei então depoimentos da máxima relevância, que mais me convenceram de que eu estava no bom caminho. Veja-se por exemplo o que disseram ilustres ensaístas da área de Letras e de História a esse respeito.

Com plena consciência do que representa o labor filológico, fez questão de assinalar o Professor Vítor Manuel de Aguiar e Silva na excelente obra de orientação dos estudos literários que intitulou *Teoria da Literatura*, tratando dos problemas da autenticidade e fidedignidade dos textos e da necessidade das boas edições:

---

<sup>2</sup> V. “Crítica Textual: Conceito – Objeto - Finalidades”, in *Confluência*, nº. 7, p. 57-63.

A Crítica Textual envolve problemas variados e extremamente complexos: exige um apurado conhecimento da língua e da sua história e da tradição literária de uma determinada época; requer uma ampla informação sobre a história do texto a editar e um sólido saber acerca dos problemas técnico-bibliográficos com ele relacionados: necessita de prudência, espírito de rigor e senso dos valores artísticos.

Longe de constituir uma tarefa esterilmente erudita, a Crítica Textual representa uma operação indispensável para uma sólida fundamentação de quaisquer estudos literários.

(*Teoria da Literatura*, 3ª ed., Almedina, 1973, p. 527.)

Por seu lado, o lingüista e filólogo Herculano de Carvalho expressou em lúcidas palavras uma denúncia candente sobre a situação de abandono das atividades de Crítica Textual em Portugal, na tripla condição de grande conhecedor da história da cultura e da literatura portuguesa, de autoridade em assuntos de Teoria da Linguagem e de Lingüística Portuguesa e de editor de textos, com valiosas contribuições à própria ciência filológica:

o trabalho filológico, da edição e do comentário interpretativo dos textos literários portugueses, iniciado, – quase se pode dizer –, por uma Carolina Michaëlis, foi nas décadas seguintes lamentável e vergonhosamente abandonado, com algumas raras exceções de uns poucos, que bem viram que esse trabalho está longe de se encontrar concluído e corajosamente lhe deram continuidade

(*Crítica Filológica e Compreensão Poética*, 2ª edição, Rio de Janeiro, MEC-DAC, 1973, p. 11.)

Veio em meu apoio também, e agora no que se refere a um outro curso universitário em que Crítica Textual deveria ser matéria obrigatória, o que se lê num livro de grande utilidade na formação do profissional de História – *L'Histoire et ses Méthodes*, coletânea publicada sob a direção de Charles Samaran como volume da *Encyclopédie de la Pleiade*. Há nele todo um capítulo sobre “La Critique des Textes”, de autoria de Robert Marichal, e outros sobre as ciências auxiliares Epigrafia, Papirologia, Paleografia, Diplomática, que deixam bem claro serem tais estudos imprescindíveis a todos aqueles que utilizam os textos como fonte das suas pesquisas. De fato, como ter a certeza de que um documento é autêntico, e não apócrifo, ou de que uma cópia ou edição do mesmo é fidedigna, sem as investigações preliminares dos críticos textuais? como ler e interpretar corretamente textos históricos (tais os do cronista medieval Fernão Lopes, o da *Carta de Pero Vaz de Caminha* e muitíssimos outros) sem o acesso às melhores edições, fruto do labor de dedicados filólogos?

## 5. Teoria e prática da Crítica Textual

No ano de 1964, ainda como assistente da cadeira de Língua Portuguesa na Faculdade Fluminense de Filosofia, com a autorização do regente da cadeira, propus aos alunos um programa extracurricular de estudos e pesquisas, de que poderiam participar em caráter voluntário. Eram cinco os temas relacionados em minha proposta, para a realização da qual contei logo com um bom número de inscritos: a) organização de índices; b) organização de bibliografias; c) estudos lexicográficos; d) estudos gramaticais; e) estudos de versificação portuguesa; f) preparação de edições críticas. Pela primeira vez no ensino universitário, creio eu, os alunos eram chamados todos eles a participar de planos de estudos e pesquisas de tal natureza.

A proposta do último item foi a que teve maior número de preferências, e permitiu que se iniciasse então um levantamento das edições de autores brasileiros e portugueses do século XIX até as primeiras décadas do século XX, tendo em vista a avaliação do valor de cada uma delas. Guardo ainda em meu arquivo os resultados de tais avaliações, que nos fizeram perceber – a mim e aos alunos – o descaso com que renomadas editoras faziam publicar os textos dos autores da época citada incluídos em suas coleções. Mais ainda: ficou indelével em minha lembrança o quanto os participantes voluntários desse empreendimento – alguns dos quais com o passar do tempo se tornariam professores e pesquisadores universitários e autores de trabalhos de valor<sup>3</sup> – se empenharam, com vivo interesse e proveito, em cumprir as tarefas de seleção e cotejo de textos de que foram incumbidos.

Tendo eu na ocasião preparado para a editora Melhoramentos de São Paulo, por indicação do ensaísta Augusto Meyer, Diretor do Instituto Nacional do Livro, uma reedição da *Gramática Histórica* de Manuel Said Ali, com o texto rigorosamente estabelecido, e tendo-me dado mais adiante a mesma editora o encargo de preparar uma edição crítica do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, pude fazer perceber aos dirigentes da Melhoramentos que nas suas coleções de textos de autores brasileiros do século XIX havia um contraste entre o primor da apresentação gráfica e a qualidade dos textos nelas reproduzidos. Nas edições da Melhoramentos apontei grosseiras deturpações dos textos, por culpa de maus revisores ou intromissão indébita de revisores sem adequada formação filológica que se julgam ainda hoje com o direito de corrigir o que consideram inaceitável nas lições autênticas a que têm de recorrer. Impressionados com a comprovação que lhes fiz das minhas afirmações,

---

<sup>3</sup> Três nomes me ocorrem para o devido registro: Marlene Gomes Mendes, Lucia Helena Viana, Eni Valentim.

os dirigentes da empresa me fizeram então um providencial convite para que eu me encarregasse da reedição dos livros da coleção de literatura brasileira, nos mesmos moldes do que fora feito com a edição de *Dom Casmurro*. Essa reedição do romance machadiano, publicada em 1965, antes mesmo e com critério de estabelecimento do texto diferente da que foi lançada pela Comissão Machado de Assis, foi portanto o que me ensejou a feitura de um plano de trabalho mais amplo, para a realização do qual esperava contar com a colaboração dos meus alunos do curso de Letras. Para isso, fixei as normas editoriais, e convoquei os alunos mais habilitados a fazer o confronto dos textos principais a serem consultados. E assim, de 1971 a 1973, tive a imensa alegria de ver editados os volumes de quatro edições críticas de romances de José de Alencar: *Ubirajara*, *O Sertanejo*, *Til* e *O Tronco do Ipê*, em cujas folhas de rosto fiz questão de que figurassem os nomes dos meus colaboradores. Infelizmente, os encargos administrativos que fui forçado a assumir na Universidade e a morte do dirigente da Melhoramentos que mais me incentivava com o seu apoio naquela ocasião, cujo nome – Arnaldo de Giacomo – aqui declino com emoção, determinaram a interrupção do meu plano de trabalho, que nunca mais tive ânimo de retomar.

Foi essa fecunda experiência que me permitiu ver como os alunos apreciam o contato direto com os textos, como apreciam o estudo comparativo de versões diferentes do mesmo texto, como fazem com cuidado o registro de variantes, como lhes é de grande utilidade a observação atenta e minuciosa das características de cada texto. Percebe-se isto ainda hoje, com os alunos do Curso de Especialização do Liceu, que como os daquela época distante também aprendem comigo e com a Professora Nilda Cabral a fazer transcrições diplomáticas e transcrições críticas dos textos, com base na necessária distinção entre forma lexical e grafia das palavras. Por outro lado, analisando textos grosseira e quase incrivelmente alterados de edições lançadas no mercado até por editoras de muito nome (entre elas a Melhoramentos já citada, a Editora Agir, a Tecnoprint Editora e outras mais), aprendem os estudiosos de língua a literatura a não confiar cegamente nas edições, como tristemente sucede com os não iniciados em teoria e prática da Crítica Textual.

A minha edição do romance *Ubirajara* traz em acréscimo ao texto crítico o que julguei indispensável à exata compreensão do romance: um glossário dos brasileirismos de que se valeu o escritor na suposição de serem palavras de origem indígena, com as explicações que ele mesmo dera no apêndice ao romance e em notas aos textos anteriores de *O Guarani* e de *Iracema*. Para não propiciar equívocos do leitor, achei por bem fazer em observação prévia a seguinte advertência:

Convém lembrar [...] que as etimologias propostas por Alencar são [...] o mais das vezes, fantasiosas [...] O leitor interessado em apurar os étimos terá de recorrer a fontes seguras: no que diz respeito aos nomes de animais, por exemplo, recomenda-se o trabalho do Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues *Contribuição Para a Etimologia dos Brasileirismos* [...] <sup>4</sup>

Como já foi dito, são bem numerosas e grosseiras as infidelidades textuais constatadas no confronto dos textos de base com os dos edições da Melhoramentos anteriores às nossas de 1972-1973. Estão apontadas nos registros filológicos preparados com o propósito de favorecer o entendimento do que representa o labor filológico de restituir os textos às versões das edições fidedignas.<sup>5</sup>

## 6. O primeiro Congresso Internacional de Crítica Textual

No ano de 1972, estando eu na direção do Instituto de Letras da UFF e ao mesmo tempo na direção do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa, surgiu-me a oportunidade de participar da I Reunião Internacional de Camonistas em Lisboa, comemorativa do quarto centenário da publicação de *Os Lusíadas*, de Luis de Camões. Tive lá o grato ensejo de conhecer pessoalmente alguns dos maiores linguistas e filólogos portugueses e de outras nacionalidades, e de assistir aos debates sobre a obra camoniana que se travaram. Foi-me dado perceber com maior nitidez os problemas dos textos da épica e da lírica camoniana, que haveriam de daí por diante merecer tratamento ainda mais rigoroso de filólogos e especialistas em estudos literários.

<sup>4</sup> Cf. *Ubirajara (Lenda Tupi)*, ed. citada, São Paulo, Melhoramentos, 1972.

<sup>5</sup> Encontrei nas próprias edições anteriores da Melhoramentos aberrações como as seguintes: a) no romance *Ubirajara*, como correção indevida do que está no texto de base de 1874, o único revisto pelo autor, a substituição da afirmação generalizada de Alencar “crueldade com que [os aventureiros] tratavam os índios” por “crueldade com que tratavam, por vezes, os índios”; as expressões “o varão mais forte” convertida em “o varão forte”, “até perto da alvorada” em “até o romper da alvorada”, “a macana afiada” em “o macaná afiado”, “a mais bela das virgens, aquela que tem o sorriso de mel” em “a mais bela das virgens, aquela que tem o sorriso do mal”, e assim por diante; b) no romance *O Sertanejo*, entre numerosas outras distorções do texto de 1875 e erros decorrentes de má revisão tipográfica, a conversão de “o sertanejo pede meças [isto é, não teme comparações] em jogos de destreza” em “o sertanejo mede peças em jogos de destreza”. Não se pense que exemplos como os apontados sejam raros, de pouca monta, porque na realidade ocorrem com frequência, sem que nenhuma providência legal se possa tomar em relação aos que patrocinam tais agressões aos direitos dos autores mortos de que sejam reproduzidas com absoluta fidelidade as belas mensagens literárias que nos legaram.

No final da Reunião, achei que, para dar prosseguimento àquela iniciativa tão meritória de congregar os camonistas para o debate de questões de interesse comum, deveria propor aos presentes que um segundo encontro se fizesse no Brasil, sob o patrocínio das duas instituições culturais a que estava ligado. Aprovada com entusiasmo a minha proposta, fiquei com a obrigação de levá-la avante, e me veio então a idéia de organizar um programa mais amplo que incluiria dois congressos internacionais simultâneos, a II Reunião Internacional de Camonistas e o Congresso Internacional de Filologia Portuguesa, este último todo voltado para o estudo e debates de temas de Crítica Textual. Pretendia assim sensibilizar professores e pesquisadores brasileiros da área de Letras no que diz respeito às ingentes tarefas da ciência filológica, para cuja realização era preciso mobilizar filólogos e camonistas e formar novos especialistas em tais estudos nos cursos universitários.

Com o propósito de esclarecer que o Congresso Internacional de Filologia Portuguesa ia tratar de temas de Crítica Textual exclusivamente, fiz constar do folheto de propaganda do que chamei Programa Especial UFF-FCRB as seguintes informações: o Congresso teria por finalidades principais “estudar e propor medidas de defesa e divulgação do patrimônio literário da Comunidade” e “discutir as questões mais importantes da Crítica Textual (Ecdótica) no que diz respeito aos textos em língua portuguesa”. No temário estavam relacionados os seguintes assuntos para as comunicações a serem debatidas: “1 – FILOLOGIA PORTUGUESA: 1.1 – Problemas de Crítica Textual; 1.2 – Textos medievais; 1.3 – Textos clássicos e modernos; 1.4 – Textos de literatura de cordel; 1.5 – Textos de crítica literária; 1.6 – Contribuições à história da Filologia Portuguesa. 2 – FILOLOGIA E ESTUDOS AFINS: 2.1 – Filologia e Linguística; 2.2 – Filologia e Literatura; 2.3 – Filologia e História. 3 – MEDIDAS DE DEFESA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO LITERÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA: 3.1 – Proteção e divulgação da obra literária; 3.2 – Direitos autorais”. Tornara-se evidente pelas referências aos textos e seus problemas que a palavra *filologia* se usava na acepção restrita de *crítica textual*.

Também do temário da II Reunião Internacional de Camonistas fiz constar que, dos quatro itens relacionados, os dois primeiros se referissem a problemas de Crítica Textual: 1 – Principais contribuições ao conhecimento e exegese dos textos camonianos; 2 – O Cancioneiro de Luís Franco Correia; 3 – Camões e a literatura brasileira; 4 – Novos rumos da Camonologia.

Os congressos interligados se realizaram em novembro de 1973, um ano depois da I RIC em Lisboa, e foram sem dúvida um marco na história dos estudos e pesquisas filológicos, lingüísticos e literários no Brasil. Prestigiados por um público de cerca de 600 inscritos, aos quais foram distribuídos previamente todos os textos das comunicações, policopiados, com sessões plenárias

no auditório da Reitoria da UFF, em Niterói, e no salão nobre do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, tais congressos culminaram com a apresentação de memoráveis comunicações apresentadas pelos filólogos brasileiros Glástone Chaves de Melo (“Homenagem a Sousa da Silveira”) e Celso Cunha (“Filologia e Lingüística”), pela filóloga italiana Luciana Stegagno Picchio, da Universidade de Roma (“O método filológico”), pelo historiador da literatura portuguesa e crítico literário Jacinto do Prado Coelho, da Universidade de Lisboa. (“Filologia e Literatura: o estudo das variantes”), pelos filólogos franceses da Universidade de Paris Paul Teyssier (“O arquitrato de *Os Lusíadas*”), Raymond Cantel (“A literatura de cordel e a merecida importância”) e Roger Bismut (“As composições camonianas do Cancioneiro de Luís Franco Correia”), pelo filólogo alemão Hans Flasche, da Universidade de Hamburgo (“Camões e Antônio Vieira”), além de outros mais.

O Congresso de Filologia teve a singularidade de ser o primeiro no mundo luso-brasileiro que se ocupou dos princípios da Crítica Textual aplicados aos textos em língua portuguesa.

## **7. O estudo das variantes e variações**

A mais notável comunicação ao Congresso de Filologia de 1973 foi a meu ver a de Jacinto do Prado Coelho. Em 1995, no número 10 da revista *Confluência*, dedicado a essa grande figura da vida cultural portuguesa, relatei o que foi o meu entendimento prévio com ele, por meio de cartas, para convencê-lo a aceitar a sugestão de que nos viesse demonstrar, através de exemplos colhidos na obra de escritores portugueses com que estava tão familiarizado, o quanto o estudo de variantes e variações pode enriquecer as pesquisas sobre a evolução da forma literária.

Foi muito rica e eloqüente a comunicação de Prado Coelho, recheada de ricas observações e comentários. Partiu ele de considerações teóricas e da distinção que propõe entre “variantes” (alterações de pequena monta, no dizer de Lázaro Carreter “cada uma das diversas formas que aparecem nos manuscritos ou edições de um mesmo texto correspondentes a um mesmo passo”) e “variações” (alterações como substituições ou acréscimos de maior porte, que chegam às vezes a mudar a estrutura da obra em análise). Em seguida fez a análise dos numerosos exemplos colhidos em pesquisa ampla em textos dos mais diversos autores.

Ao final da exposição, o saudoso Professor Hernâni Cidade, que eu chamara para compor a mesa daquela memorável sessão, em palavras repassadas de profunda emoção, fez questão de ressaltar que, mediante a exploração de variantes e variações de um texto literário, Prado Coelho pusera em relevo uma nova forma de renovação dos métodos de pesquisa e do ensino de litera-

tura. O texto da comunicação, passados tantos anos, continua a ser de leitura obrigatória, e por isso o reproduzi no mencionado número de *Confluência*<sup>6</sup>.

Com a autoridade de grande conhecedor de história da literatura, dos antigos e dos mais modernos métodos de investigação literária, e de praticante da Crítica Textual, inclusive como responsável pela edição bem cuidada das *Obras Completas de Teixeira de Pascoais*, a certa altura da comunicação frisou Jacinto do Prado Coelho:

A pesquisa sobre variantes parece trabalho de filólogos miudinhos, curiosos de nugas. Ora, pelo contrário, essa pesquisa é susceptível de múltiplas perspectivas e dá para vários e amplos domínios. Diz respeito: 1º) à filologia ou, se quiserem, à textologia e à ecdótica; 2º) à estilística literária; 3º) à teoria da literatura; 4º) à crítica literária; 5º) à lingüística, designadamente à estruturalista e gerativa. No desdobramento do texto em variantes surpreendemos não só as virtualidades da linguagem como a literatura no seu *feri*, naquela “prolongada hesitação entre o sentido e o som” que, para Valéry, caracterizava a poesia, naquela busca de que nasce a pluralidade semântica. Quem analisa variantes depara com toda a complexa aventura da *praxis* literária, onde convergem tantos fatores e condicionalismos (o “referente”, a visão pessoal, a gramática, o léxico, o tema, a “fábula”, o gênero, a estrutura fixa, que sei eu?).<sup>7</sup>

O julgamento crítico de Prado Coelho ressalta com precisão e lucidez que, para ter a exata visão da gênese e da evolução da obra literária, impõe-se previamente o cumprimento da árdua tarefa da preparação de edições críticas. No entanto, como fazer prevalecer tudo isto sem desenvolver os estudos teóricos e a prática que estão no âmbito da Crítica Textual? Eis uma pergunta a que não saberiam responder numerosos professores de Letras, muitos deles com os títulos máximos de Doutor ou Livre-Docente, mas que encaram com desinteresse, descaso ou desprezo total as atividades da ciência dos textos. Na sua ignorância do que fazem os filólogos e do que em sua essência é uma edição crítica, essas pessoas pertencem ao grupo numeroso dos que negam a utilidade dos conhecimentos básicos da Crítica Textual e o valor da aplicação dos mesmos aos textos de determinada língua e literatura, e são capazes de afirmar em

<sup>6</sup> V. *Confluência*, nº. 10, 1995, p. 43-51 (o meu artigo “Lembranças do Professor Jacinto do Prado Coelho”) e 93-110 (transcrição da comunicação de Prado Coelho, com o novo título de “Variantes e variações”). A versão pouco alterada do seu texto original pode também ser lida como capítulo inicial do livro *Ao Contrário de Penélope*, edição da Livraria Bertrand de Lisboa em 1976.

<sup>7</sup> Cf. Prado Coelho, *Ao Contrário de Penélope*, ed. cit.

sala de aula, como já chegou ao nosso conhecimento, que para estudar determinado autor e determinada obra qualquer edição serve, como se todas as edições representassem o mesmo padrão de qualidade. Opõem-se também à idéia de que a disciplina de Crítica Textual faça parte do currículo de formação dos profissionais de Letras, de História e de outras ciências da área humanística.

No Brasil, estudos de Sousa da Silveira e de Manuel Bandeira, analisando as mudanças operadas pelos autores em seus escritos, feitas com o objetivo de aprimorá-los e torná-los mais expressivos, já me tinham dado desde a década de 40 do século passado a noção das possibilidades que oferecem os registros de variantes de acompanhar o processo da criação artística em seus múltiplos aspectos. Nas minhas edições, os primeiros registros que fiz com o precioso auxílio de Marlene Gomes Mendes foram os da edição crítica do romance *Til*, publicada em 1973. Aí se percebe como José de Alencar, em curto espaço de tempo, introduziu modificações no texto estampado em folhetins do jornal *A República*, movido pelo empenho de se expressar com mais precisão e elegância. Infelizmente, no momento da feitura dessa edição, ainda não se revelara a existência do texto original do romance, manuscrito autógrafo, hoje conservado no Arquivo-Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa como parte da coleção de livros, revistas e documentos que pertenceram ao bibliófilo Plínio Doyle. O confronto desse manuscrito com os textos impressos deverá ser feito algum dia, com o propósito de aprimorar e completar a edição crítica e na esperança de assim aparecerem outros dados para a melhor compreensão do processo de criação artística de Alencar.

Estudos que levei avante a partir de então vieram reafirmar a idéia da relevância da análise das variantes e variações de texto no decorrer da sua história. Três exemplos gostaria de apresentar nesse sentido.

A publicação da edição crítica do romance *Helena*, preparada por pesquisadores da Comissão Machado de Assis, forneceu aos interessados preciosos elementos para comprovar a evolução do pensamento do autor no período entre os anos de 1876 (o do aparecimento do romance em folhetins do jornal *O Globo*) e de 1905 (o da segunda edição em livro, revista pelo próprio escritor). Pelo registro das variantes fica bem claro que Machado de Assis, mais livre e espontâneo ao redigir o texto de 1876, quando afinal aceitou já nos anos finais de vida o convite insistente para reeditar a obra, teve a nítida percepção de que não devia alterá-la substancialmente, conservando as suas características do tempo do Romantismo. Diz ele no prefácio da reedição: “cada obra pertence ao seu tempo”. O novo texto, porém, se por um lado confirma que a estrutura e o desenvolvimento da narrativa são os mesmos, por outro lado demonstra que Machado de Assis, ao fazer no texto definitivo “várias emendas de linguagem”, se curvou a preconceitos gramaticais mais difundidos das décadas finais do

século XIX em diante. Preocupado com a vernaculidade, entrou em sintonia com o purismo gramatical, e eliminou do texto todos os galicismos, apontados pelos falsos gramáticos como atentados à pureza do idioma. Portanto, descaracterizou a sua obra, representativa de um momento histórico em que preconceitos gramaticais dessa natureza não atuavam com a mesma força no espírito dos grandes escritores brasileiros.<sup>8</sup>

Outro exemplo, particularmente indicativo de como em casos especiais bastante freqüentes na história literária é imprescindível o conhecimento das variantes e variações de uma obra para a identificação do texto de base de qualquer edição que dela se queira fazer, é o do romance *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós. Como as pesquisas biobibliográficas já revelaram, há quatro edições do romance em vida do autor, datadas de 1875, 1876, 1880 e 1889. Deve-se à filóloga portuguesa Helena Cidade Moura o imenso trabalho da preparação de uma edição crítica da obra, publicada em 1964, resultante do cotejo das três primeiras edições<sup>9</sup>. A filóloga deu-se ao trabalho de registrar as variantes e variações, segundo os critérios que adotou. Graças a esse meritório e ingente registro, de organização imperfeita, mas ainda assim bastante útil, a pesquisadora Maria Luísa Nunes, sob a orientação do professor Ernesto Guerra da Cal, na City University de Nova Iorque, pôde elaborar uma tese de doutoramento a que deu o título de *As Técnicas e a Função do Desenho de Personagem nas Três Versões de "O Crime do Padre Amaro"*. Há nessa tese fartos elementos comprobatórios de que o romancista não introduziu apenas simples modificações nos textos de uma edição para a seguinte, mas alterou também características do enredo e o desenho dos personagens, de tal modo que é indispensável ao estudioso da forma literária o conhecimento desses dados, para que saiba que deve levar em conta todas as versões ao se referir aos aspectos mais singulares do romance e ao caracterizá-lo como uma das obras mais representativas do Realismo em Portugal<sup>10</sup>. Por tudo isto, Maria Luísa Nunes afirmou categoricamente:

Uma leitura das três versões d'*O Crime do Padre Amaro* revela mais propriamente três romances diferentes acerca das mesmas pessoas do que o reescrever da mesma obra. Há nas três versões publicadas mudanças de enredo, de caracterização e de intensidade do tema e

<sup>8</sup> Cf. Edições Críticas de Obras de Machado de Assis, edição de Helena, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

<sup>9</sup> Cf. Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, edição crítica organizada por Helena Cidade Moura e baseada nas versões de 1875, 1876, 1880, 2 volumes, Porto, Lello & Irmão, 1964.

<sup>10</sup> Porto, Lello & Irmão, 1976.

da crítica social. Pode até afirmar-se que a versão de 1875 é uma novela, enquanto as outras duas são romances completamente desenvolvidos. Elas representam três estágios da evolução de Eça como escritor – 1875, 1876 e 1880.<sup>11</sup>

Na intenção de divulgar sem demora os resultados dos seus trabalhos, a comissão encarregada em Portugal de preparar as edições críticas da obra de Eça de Queirós, com sede na Universidade de Coimbra e sob a direção do ilustre professor Carlos Reis, lançou no ano 2000 a nova edição crítica de *O Crime do Padre Amaro* em que se faz o cotejo da segunda e da terceira versões do romance<sup>12</sup>. Até agora, que eu saiba, não se cumpriu a promessa de uma edição em separado do texto da primeira versão, de 1875, para dar ao leitor a oportunidade do confronto das três versões e a possibilidade da análise das razões apresentadas na introdução do volume para considerar essa primeira edição como feita à revelia de Eça, que publicamente a renegou. A primeira versão, no entanto, faz parte da história do romance, e portanto deve ser do conhecimento dos especialistas em Crítica Textual, para que cada um deles possa tirar conclusões próprias, concordando ou não com as razões apontadas por Carlos Reis na introdução do seu trabalho editorial.

Para concluir esta série de exemplos, não posso deixar de referir-me ao registro das variantes na minha edição crítico-genética do romance *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, publicada em 1984, sob o patrocínio do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e da editora Lello & Irmão, da cidade do Porto (Portugal)<sup>13</sup>. As variantes foram fixadas pelo cotejo das sete versões do romance em vida do autor: o manuscrito autógrafo de 1861 e as edições de 1862, 1864, 1869, 1876, 1879 e 1887. Tendo chegado à conclusão de que o texto da quinta edição (a de 1879) foi o último revisto e aprimorado pelo autor, tomei-o como o texto de base, reproduzido em confronto página a página com o do manuscrito autógrafo em reprodução fac-similar, com notas de rodapé, especialmente as variantes encontradas na colação. Esse registro minucioso, assim como o registro de variantes de outra obra camiliana, as *No-*

---

<sup>11</sup> Cf. Maria Luísa Nunes, op. cit., p.20.

<sup>12</sup> Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós – *O Crime do Padre Amaro* (2ª. e 3ª. Versões), edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

<sup>13</sup> Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição* (*Memórias Duma Família*). Reprodução fac-similada do manuscrito, em confronto com a edição crítica, segundo plano organizado e executado sob a direção de Maximiano de Carvalho e Silva. Estudo prévio histórico-literário de Aníbal Pinto de Castro. Real Gabinete Português de Leitura – Rio de Janeiro / Lello & Irmão, Editores – Porto, 1984.

*velas do Minho*<sup>14</sup> (cito apenas dois exemplos mais acessíveis à busca dos investigadores), permitem acompanhar a evolução da forma literária nos textos camilianos. Com eles e outros mais, inclusive as observações de Prado Coelho sobre textos camilianos na citada comunicação sobre variantes e variações, desmente-se a falsa idéia de alguns camilianistas, como João Bigotte Chorão, expressa em seu pequeno livro *O Essencial Sobre Camilo*<sup>15</sup>, segundo a qual o escritor não fazia senão alterações pouco expressivas em seus textos de uma versão para outra<sup>16</sup>, e oferecem material riquíssimo para estudos sobre a língua e o estilo do romancista. Além disso, as variantes da primeira edição do *Amor de Perdição* evidenciam que Camilo, por iniciativa própria ou por sugestão alheia, introduziu muitas alterações no texto do manuscrito, substituindo inclusive formas da linguagem popular, que ele empregara na redação primitiva, feita em condições precárias e em quinze dias apenas, quando estava preso na cadeira da Relação do Porto, por formas canônicas, e corrigindo a pontuação no que diz respeito ou uso de vírgulas para distinguir as orações subordinadas adjetivas restritivas das adjetivas explicativas.<sup>17</sup>

## 8. Crítica Textual: matéria básica / disciplina obrigatória na UFF

Na década de 70, já com mais de 30 anos de estudos teóricos e atividades práticas no domínio da Filologia Portuguesa, estava eu convencido de que era

<sup>14</sup> Camilo Castelo Branco, *Novelas do Minho*, edição crítica organizada, com base nos manuscritos e na primeira edição, por Maria Helena Mira Mateus, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1961.

<sup>15</sup> 2ª. Edição, da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de Lisboa, datada de 1998.

<sup>16</sup> É estranho que um camilianista do porte de João Bigotte Chorão, autor de trabalhos sobre a vida e obra do romancista, tenha feito no livro citado considerações tão disparatadas sobre a linguagem camiliana, como por exemplo a de que Camilo “não burilava o estilo” (p.14), “não trabalhava a prosa para a depurar” (p. 14), “era-lhe escasso o tempo para emendar e melhorar: o que escrevera, escrevera” (p. 15). Embora cite de passagem a minha edição do *Amor de Perdição*, certamente não se deu ao trabalho de examinar detidamente o registro das variantes, que comprova o permanente empenho de Camilo de aprimorar os seus escritos, o que faz dele mais admirado ainda dos seus leitores pelas demonstrações constantes da boa utilização dos recursos de expressão que a língua nos faculta. Tendo tido sob os olhos o manuscrito do *Amor de Perdição*, cheio de emendas e rasuras que os estudiosos de crítica genética tanto gostariam de decifrar, Bigotte Chorão chega mesmo a dizer sobre o romancista, com todas as letras: “Escrevia de jacto, com poucas emendas, como se pode ver na edição em fac-símile do *Amor de Perdição*” (p.57) !!!

<sup>17</sup> Exemplos de formas arcaicas e formas populares que Camilo usou no manuscrito, e que aparecem substituídas por formas modernas ou canônicas já no texto da primeira edição do livro: *abóbada* (*abóbada*), *aspeito* (*aspecto*), *baranda* (*varanda*), *barbata* (*bravata*), *barredor* (*varredor*), *bogar* (*vogar*), *cronha* (*coronha*), *groxeta* (*gorjeta*), *relé* (*ralé*), *visavô* (*bisavô*) e muitas mais.

preciso criar no ensino superior de Letras uma disciplina autônoma com programas permanentes em que se concentrariam as atividades da ciência a que se dá o nome de Crítica Textual. Tinha pois a convicção de que era necessário abrir espaço no currículo de formação dos profissionais de Letras para mais uma disciplina básica, ao lado da Lingüística Geral e da Teoria da Literatura já reconhecidas como tal pelo Conselho Federal de Educação.

Assim sendo, como coroamento de todo um trabalho de divulgação e valorização da Crítica Textual, consegui afinal em 1978, graças às providências do Chefe do Departamento de Lingüística e Filologia da UFF, meu colega e amigo Professor Walmirio Macedo, que a disciplina de Língua Portuguesa, de que eu era Professor Titular desde 1965, fosse desdobrada em duas disciplinas autônomas, para se ocuparem dos estudos de Lingüística Portuguesa e de Filologia Portuguesa (esta última comprometida com a realização de estudos teóricos de Crítica Textual e com a aplicação dos mesmos aos textos da língua portuguesa). Para obter essa vitória, tive de enfrentar muitas incompreensões de colegas que, recusando-se a analisar os meus argumentos, escudavam-se até mesmo na polissemia da palavra *filologia* para se oporem à autonomia do setor de Crítica Textual.

Aprovada a minha proposta, transferi-me das minhas funções de Titular de Língua Portuguesa para as de Titular de Filologia Portuguesa. Poucos anos depois, em 1981, submeti-me a provas públicas para a obtenção do título de Livre Docente em Filologia Portuguesa, com a tese intitulada *Sousa da Silveira / O Homem e a Obra / Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, publicada um pouco depois como livro da editora Presença e um belíssimo prefácio do escritor e memorialista Pedro Nava.

Tinha eu, como tenho mais ainda nos dias de hoje, a visão da singularidade e da abrangência da Crítica Textual, matéria que tem uma imensa e sedutora missão a ser levada a bom termo pelos seus especialistas. Segundo o meu entendimento, sujeito a objeções e críticas dos interessados, são as seguintes as principais tarefas da Crítica Textual – como ciência e arte ao mesmo tempo:

– A definição mais precisa do conceito, do objeto, do método e das finalidades da ciência e das diferentes épocas da sua evolução.

– O estudo e classificação dos textos e das edições, e, nos casos de dúvida, a averiguação da sua autenticidade e a fundamentada identificação de textos apócrifos e de edições fraudulentas (contrafações).

– O exame da tradição textual e da fidelidade das transcrições, cópias e edições.

– A pesquisa da gênese dos textos, sem deixar de lado qualquer elemento (inclusive fragmentos textuais) que possa contribuir para as conclusões sobre o labor autoral.

– A fixação dos princípios gerais que devem orientar o trabalho da reprodução e da elaboração de todos os tipos de edições de textos.

– A aplicação de tais princípios e de normas gerais a diferentes tipos de textos, tendo em vista os contextos histórico-culturais em que estão integrados.

– O estabelecimento de normas gerais e de normas específicas para a conversão dos textos orais em textos escritos.<sup>18</sup>

– A indicação dos pressupostos filológicos para a boa realização da tradução dos textos.

– A organização dos planos de publicação das obras avulsas ou das obras completas de determinado autor, apoiada em rigoroso levantamento de dados histórico-culturais e biobibliográficos; e a formulação de normas editoriais para cada caso em exame.

– A preparação de edições fidedignas ou de edições críticas, enriquecidas, sempre que recomendável, de estudos prévios, notas explicativas ou exegéticas destinadas a valorizar o labor autoral.

## 9. Os primeiros programas de Crítica Textual

Portanto, foi no ano de 1978 que se iniciou no Curso de Letras da Universidade Federal Fluminense a experiência das aulas de Crítica Textual como disciplina curricular básica e obrigatória, integrante de dois currículos diferentes: o de formação de professores e o de formação de revisores críticos, preparadores de originais para o trabalho de editoração e preparadores de textos e críticos textuais.

As ementas que organizei para atender às especificidades de tais currículos – obrigatórias e opcionais – constam dos catálogos da UFF, e prevaleceram de 1978 até a minha aposentadoria no serviço público em 1989. Mantidas com algumas alterações nos anos seguintes pelos coordenadores e professores que me sucederam após a aposentadoria, Marlene Gomes Mendes e Nilda Cabral

<sup>18</sup> Os textos orais são também objeto da Crítica Textual. Bertil Malmberg, na luminosa introdução da obra *Los Nuevos Caminos de la Lingüística* (citamos a tradução do sueco para o espanhol, feita por Juan Almela e publicada em 1967 no México por Siglo XXI Editores), depois de frisar que na definição das tarefas da ciência filológica é preciso tomar a palavra *texto* no sentido mais amplo possível, menciona um exemplo muito expressivo: o da investigação do folclore, para estudar a literatura e as tradições que só se transmitem oralmente; e acrescenta: “Hoy día se estudian el lenguaje y la cultura de los pueblos primitivos con auxilio de la grabación del sonido: el registro en cinta magnética del habla viva y espontánea sirve en gran medida a los mismos propósitos que el texto escrito que sobrevive de una época pasada. Es conveniente, por cierto, extender el significado de la palabra *texto* a fin de abarcar los registros de sonidos” (p. 2).

principalmente, revelam a preocupação de favorecer um amplo conhecimento dos avanços da ciência na segunda metade do século XX, e na parte prática de favorecer a futuros professores ou pesquisadores o conhecimento dos problemas encontrados no trato com os textos manuscritos ou impressos de todas as épocas. Por opção minha, a atenção maior se concentrou no estudo de textos dos autores brasileiros e portugueses do século XIX em diante.

Para que se possa ter idéia do alcance da iniciativa, resolvi anexar em apêndice à presente palestra o extenso programa de estudos e pesquisas de Crítica Textual que sempre apresento aos alunos, fruto das minhas reflexões de longos anos, e a relação das últimas ementas preparadas para os alunos da UFF sob a minha orientação.

Dedicando-se a tais estudos, os alunos de Letras terão condições de perceber que para eles não existe apenas o caminho do magistério, mas também o da formação do crítico textual. Por este último poderão enveredar, se sentirem o apelo de uma outra vocação, com perspectivas efetivas de realização profissional como professores, e ainda mais como pesquisadores e como revisores críticos ou editores críticos de textos, em campos de trabalho diversificados – o do magistério ou o da editoração – em que a sua colaboração é tão necessária à propagação das boas idéias filológicas ou à proteção dos textos das deformações a que têm sido submetidos no mercado editorial.

Para concluir, peço aos que me honram com a sua atenção a exata compreensão dos motivos que me fizeram falar-lhes tão apaixonadamente da ciência a que dediquei ininterruptamente 60 anos de minha vida profissional. Senti-me no dever de sair em defesa da Crítica Textual, que ainda luta para ter o seu lugar ao sol, enfrentando o incompreensível descaso, ou desinteresse, ou o desprezo, não sei bem, até mesmo de estudiosos que cuidam das demais ciências da linguagem, mas não lhe querem reconhecer o papel preponderante que pode ter na formação dos pesquisadores e professores de Letras e das demais ciências humanas.

## APÊNDICE

**PROGRAMA DE CRÍTICA TEXTUAL ORGANIZADO POR  
MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA PARA AS SUAS AULAS NA UFF (ATÉ 1989)  
E REVISTO E ATUALIZADO EM 2004 PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO  
EM LÍNGUA PORTUGUESA DO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS**

### **NOÇÕES PRELIMINARES:**

1. A Crítica Textual no quadro das ciências da linguagem.
2. Crítica Textual: conceito, objeto e método. Filologia / Crítica Textual / Ecdótica / Textologia / Crítica Genética: o problema terminológico.
3. Tarefas realizadas e tarefas atuais da Crítica Textual.
4. Disciplinas de fundamental importância para os trabalhos de Crítica Textual: Linguística (Teórica e Aplicada), Teoria da Literatura, História da Cultura e da Literatura, Bibliologia e Bibliografia, Paleografia, Epigrafia, Diplomática, Codicologia, Manuscriptologia.
5. Idéias falsas, inexactidões, incompreensões a respeito da Crítica Textual.
5. Importância da Crítica Textual para o estudo dos textos antigos, modernos e contemporâneos.
6. Crítica Textual como disciplina autônoma nos cursos superiores de Letras e de outras ciências da área humanística (História, Biblioteconomia, Informática, Editoração).

### **HISTÓRIA DA CRÍTICA TEXTUAL:**

1. Origens das atividades de Crítica Textual. A escola de Alexandria.
2. Etapas da evolução da Crítica Textual: antiga, moderna e contemporânea.
3. A Crítica Textual no século XIX. Karl Lachmann e a sua contribuição à renovação da ciência.
4. A Crítica Textual no século XX.
5. Crítica Genética: breve história; fundamentos; finalidades. Crítica Textual e Crítica Genética: aproximações e distinções.
6. Estudos teóricos e prática da Crítica Textual em Portugal e no Brasil:
  - Os pioneiros em Portugal: Carolina Michaelis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias e outros.
  - Os pioneiros no Brasil: F. A. Varnhagen, Oskar Nobiling, Sousa da Silveira, Augusto Magne, Serafim da Silva Neto e outros.
  - Situação atual.

**NOÇÕES TEÓRICAS: O MÉTODO FILOLÓGICO**

1. O texto como objeto formal da Crítica Textual.
2. Autenticidade e fidedignidade dos textos. Os problemas da apócrifia e das edições infieis.
3. Classificação dos textos. Textos manuscritos (autógrafos e apógrafos) e textos impressos.
4. Transcrição e reprodução de textos. Tipos de edição. Edição crítica / edição crítico-genética / edição genética. Edição crítica: partes essenciais.
5. Textos antigos, medievais, modernos e contemporâneos e seus problemas específicos.
6. Normas gerais e normas especiais para a edição de textos.
7. Crítica Textual na era da Informática: textos digitados e seus problemas.
8. A exegese do texto como tarefa filológica.
9. Textos orais como objeto da Crítica Textual: técnica de transcrição e reprodução da oralidade e dos textos taquigrafados ou gravados em registros magnéticos.
10. Tradução de textos como operação complexa de Crítica Textual associada a outras ciências da linguagem.
11. Crítica Textual aplicada ao estudo e ensino da língua e da literatura.

**EDIÇÃO CRÍTICA**

1. Edição crítica / edição crítico-genética / edição genética: conceito; objeto; partes essenciais; finalidades.
2. Edição crítica: definição; exemplos. Problemas principais da preparação de uma edição crítica.
3. Etapas na preparação da edição crítica: estudos prévios; recensão; colação; estemática; eliminação; escolha do texto de base; estabelecimento do texto crítico; apresentação das variantes e variações; organização final do registro crítico-filológico.
5. O aparato crítico e seu significado.
7. Estabelecimento do texto crítico e seus problemas. Tratamento das questões de ortografia e pontuação.
8. Variantes e variações como elementos indispensáveis à compreensão da gênese e evolução da obra literária e à avaliação mais completa do processo continuado da criação artística, e como apoio aos estudos filológicos, lingüísticos e literários.
9. Edição crítica e comentada. Comentário filológico: tipos principais.
10. Edições ou reproduções de textos em língua portuguesa.
11. Fidelidade textual e notas e comentários em edições completas e edições antológicas.

12. O problema das antologias: seleção dos textos; busca das boas fontes; critérios de transcrição dos textos; o valor dos comentários.

### **EXERCÍCIOS DE CRÍTICA TEXTUAL**

Transcrição diplomática.

Transcrição crítica.

Transcrição de textos gravados.

Preparação de textos críticos e de edições críticas.

Utilização do registro de variantes para reconstituição de edições.

Análise dos textos de antologias.

Análise de edições críticas.

Utilização das normas da ABNT previstas para elaboração de monografias; elaboração de uma monografia.

## **II**

### **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE LETRAS**

Ementas da disciplina de Filologia / Crítica Textual  
organizadas pelo Professor Titular  
Maximiano de Carvalho e Silva  
(vigentes no período de 1978 a 1989):

#### **FILOLOGIA I – Introdução ao Estudo da Filologia / Crítica Textual:**

1. A palavra “filologia” e suas diversas acepções. “Filologia” como “Crítica Textual”.
2. O texto como objeto da Filologia. Transcrições e reproduções de textos.
3. Tipos de edição: noções principais.

#### **FILOLOGIA II – Problemas de Crítica Textual:**

1. A autenticidade e a fidedignidade dos textos: o problema da apocrifia; o problema das edições infieis.
2. A transcrição crítica do texto e seus problemas principais: grafia; pontuação.
3. Edição crítica: definição; exemplos. Problemas principais da preparação de uma edição crítica.

#### **FILOLOGIA III – Fundamentos da Crítica Textual. Disciplinas auxiliares.**

1. Conceito, objeto e método da Crítica Textual.

2. O texto como objeto da Filologia. Textos manuscritos e textos impressos: classificação. Transcrições e reproduções de textos.
3. Contribuições da Crítica Textual e outras ciências e de outras disciplinas à Crítica Textual.
4. Inexatidões e idéias falsas a respeito da Crítica Textual.

**FILOLOGIA IV – A edição crítica dos textos: conceito; partes essenciais. Aparato crítico; o registro das variantes. A edição crítica e comentada.**

1. Conceito de edição crítica.
2. Os estudos e pesquisas básicos para a preparação de uma edição crítica.
3. Pontos fundamentais: a escolha do texto de base; o critério de fixação do texto crítico; a organização do aparato crítico; o registro filológico; a apresentação das variantes.
4. A edição crítica e comentada: sua contribuição ao progresso dos estudos literários e ao de outras ciências.

**FILOLOGIA V – Prática de Crítica Textual:**

1. Estudos prévios.
2. Planejamento de uma edição crítica.
3. Execução do plano.

**FILOLOGIA VI – Análise de edições ou reproduções de textos em língua portuguesa, especialmente de transcrições diplomáticas e de transcrições críticas. Exercício de estabelecimento de texto.**

1. Características dos principais tipos de edições e reproduções de textos.
2. Análise de uma edição diplomática.
3. Análise de uma edição crítica.

**FILOLOGIA VII – A Crítica Textual e o estudo e ensino da Língua Portuguesa e das literaturas portuguesa e brasileira.**

1. A Crítica Textual como matéria básica do Curso de Letras.
2. Necessidade da boa orientação filológica: a importância dos textos; cuidado na escolha das edições.
3. O problema das antologias: a seleção dos textos; a busca das boas fontes; os critérios de apresentação; o valor dos comentários.
4. Análise de uma antologia da língua portuguesa.

**FILOLOGIA VIII – Breve história da Crítica Textual. A Crítica Textual em Portugal e no Brasil. A edição de textos medievais e seus problemas.**

1. Origens da Crítica Textual e seu desenvolvimento. A Crítica Textual a partir do século XIX.
2. Atuação dos grandes mestres da Crítica Textual em Portugal.
3. A Crítica Textual no Brasil: principais trabalhos realizados; Sousa da Silveira e a edição de autores brasileiros.
4. Os problemas das edições de textos medievais.

**Parte Prática:**

Conforme a ementa e o programa do semestre, escolher-se-ão os procedimentos mais adequados na relação seguinte:

1. Leitura comentada de textos teóricos de apoio ao desenvolvimento do programa.
2. Exercício de transcrição diplomática de textos manuscritos ou impressos.
3. Exercício de transcrição crítica de textos manuscritos ou impressos.
4. Exercício de transcrição de textos gravados em disco ou fita magnética.
5. Comparação de transcrições diplomáticas e transcrições críticas de um mesmo texto.
6. Exercícios de preparação de edição crítica: estabelecimento do texto; registro das variantes; organização do aparato crítico.
7. Análise de antologias ou de edições completas de autores portugueses e brasileiros publicadas mais recentemente.